



## ciência

## Governo cede para votar nova lei florestal

Reuniões de Dilma com aliados levaram a plano de flexibilizar áreas de preservação para a agricultura familiar

**Presidente, no entanto, diz que não aceita que desmatadores sejam anistiados ou ceder controle a Estados**

DE BRASÍLIA

Para costurar um acordo com a base aliada na Câmara sobre o Código Florestal, o governo recuou em um dos principais pontos da reforma: aceitou flexibilizar a regra das APPs (áreas de preservação ambiental) em propriedades de agricultura familiar. O recuo foi considerado uma "evolução" pelo relator do texto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Apesar de ceder nesse ponto, a presidente Dilma Rousseff disse ontem a aliados que não aceita anistiar desmatamentos feitos por produtores rurais até 2008 e avisou que vetará essa norma caso ela seja aprovada no Congresso.

A presidente reuniu ontem representantes dos partidos da base, inclusive seu vice, Michel Temer, para comprometer-se com a votação hoje.

Pelo proposta costurada ontem, as áreas de preservação em matas ciliares (as chamadas APPs de rio) para propriedades de até quatro módulos (de 20 a 400 hectares) serão limitadas a 20%, em casos de regularização.

O governo não aceitava abrir mão da prerrogativa de definir por decreto que tipos de atividades agrícolas seriam mantidas nas APPs. Outra exigência era manter a norma atual que estabelece, por exemplo, que em um rio de 10 metros de largura a APP deve ser de 30 metros.

Na Câmara, o líder do governo na Casa, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse que a medida vai beneficiar o pequeno produtor. "Esse é um incentivo para manter o homem no campo", disse. Já o relator Aldo Rebelo afirmou que, sem o acordo, a "sobrevivência do pequeno proprietário ficaria inviabilizada".

Uma emenda proposta pelo PMDB que não conta com o aval do Planalto é a que permite a atuação de governos estaduais no processo de regularização ambiental. O texto, porém, tem apoio da oposição e de partidos aliados.

## NOVIDADE NA MATA

Como é o Código Florestal hoje e como ele deve ficar

## COMO É O CÓDIGO ATUAL



## O QUE DIZ A REFORMA



## OPINIÃO CONTRA

## Do ponto de vista econômico, desmatamento é tiro no pé

CARLOS EDUARDO YOUNG  
ESPECIAL PARA A FOLHA

O argumento dos defensores das mudanças no Código Florestal é que, permitindo-se mais desmatamento, garante-se desenvolvimento.

Contudo, as evidências vão em sentido contrário. A análise combinada dos dados de desmatamento e dos censos agropecuário e demográfico prova que o Índice de Desenvolvimento Humano não aumenta com mais desmate.

Também existem evidências sólidas de que o processo de desmatamento está associado a problemas de propagação de doenças, como a transmissão de malária, mal

de Chagas e outras enfermidades contagiosas, e ao aumento da violência.

As mudanças propostas para o Código Florestal, além disso, retiram legitimidade da posição brasileira nas negociações internacionais sobre redução de emissões de gases do aquecimento global, justamente no Ano Internacional das Florestas.

O caso dos biocombustíveis é paradigmático: apesar do potencial brasileiro no setor, a persistência do desmatamento tem criado problemas para a aceitação do etanol e biodiesel no exterior, pois o comprador não sabe se esses produtos contribuíram, para o aumento das queima-

das e derrubadas e, assim, das emissões de carbono.

O Brasil possui uma imensa riqueza florestal. Usar esses recursos no longo prazo, lembrando que os ativos naturais estão cada vez mais valorizados no tempo, é uma estratégia mais correta do que destruí-los em troca de retornos de curto prazo.

CARLOS EDUARDO FRECKMANN YOUNG  
é economista da UFRR

➡ **HÁ EVIDÊNCIAS DE QUE O PROCESSO DE DESMATAMENTO ESTÁ ASSOCIADO A PROBLEMAS DE PROPAGAÇÃO DE DOENÇAS**

De acordo com o relatório, ficam livres de multas os que praticaram desmates anteriores a julho de 2008.

Vaccarezza não quis assegurar a análise do texto hoje na Câmara. "Vai depender do sentimento da Casa".

Ontem, oito ex-ministros do Meio Ambiente fizeram um périplo em Brasília para tentar adiar a votação.

Conversaram com a atual ministra, Izabella Teixeira, deputados e senadores. Hoje, devem ser recebidos por Dilma.

Em carta, dizem que o texto de Aldo é um retrocesso. "Se aprovada, o país agirá na contramão da nossa história e em detrimento do nosso capital natural." (ANA FLOR, LARISSA GUIMARÃES, MÁRCIO FALCÃO, NATUZA NERY E VALDO CRUZ)

## OPINIÃO A FAVOR

## Sim à agropecuária e sim também ao meio ambiente

KÁTIA ABREU  
COLUNISTA DA FOLHA

O Brasil dispõe de 851 milhões de hectares, dos quais 519 milhões estão preservados com sua cobertura vegetal original. Apenas 236 milhões de hectares, equivalentes a 27,7%, são ocupados com produção agropecuária. A modernização do Código Florestal brasileiro não implicará em qualquer mudança nessa relação. Nossas florestas continuarão preservadas, assim como toda a extensão das matas nativas.

Não há nada no novo Código que, por si só, implique em novos desmatamentos. O que se pretende é poupar os

produtores da exigência de destruir os atuais campos de produção de alimentos para neles reconstituir florestas. Essencial para os produtores é que o Congresso e o governo consolidem e legalizem as áreas de produção abertas.

Cabe ao Congresso decidir, mas cumpre dizer que nenhum dos grandes produtores agrícolas do mundo obriga seus produtores a preservar qualquer percentual de reserva legal, nem cogita replantar vegetação nativa.

Esta é uma exigência típica dos burocratas que fizeram a legislação ambiental que está em vigor. De 1995 a 2006, segundo o IBGE, a agricultura teve redu-

ção de área de 23,7 milhões de hectares. Mesmo assim, aumentou a produção e reduziu os preços dos alimentos.

Sem a atualização do Código, diminuiríamos a oferta de alimentos para recompor áreas de reserva legal e, futuramente, teremos de importar comida de países que não têm regras ambientais.

KÁTIA ABREU é senadora pelo Tocantins e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil)

➡ **SEM O NOVO CÓDIGO FLORESTAL TEREMOS DE, FUTURAMENTE, IMPORTAR COMIDA DE PAÍSES QUE NÃO TÊM REGRAS AMBIENTAIS**